



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1321324 - MG (2018/0162166-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : BRUNO GARCIA DE CARVALHO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS** agrava da decisão que inadmitiu o recurso especial de fls. 197-207, interposto com fulcro no art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** (Agravado em Execução Penal n. 1.0521.09.086928-5.001).

O recorrente assinala não ser necessário o reexame de provas para a análise da violação da conjecturada violação do art. 494, I, do CPC, c/c. o art. 3º do CPP. A questão, a seu ver, refere-se à possibilidade de corrigir o erro da condenação na fase da execução penal.

Bruno Garcia de Carvalho, na sentença, foi condenado a **25 anos e 6 meses de reclusão, além de multa**. O Tribunal deu provimento ao apelo do Ministério Público para reconhecer a prática de dois latrocínios e de dois crimes de ocultações de cadáver, em concurso formal, o que resultou no incremento da sanção para **29 anos e 9 meses de reclusão, mais multa**. Ainda irresignado, o *Parquet* interpôs recurso especial. Neste Superior Tribunal, o Ministro Relator encampou a tese de concurso formal impróprio e deu provimento ao REsp a fim de **restabelecer a sentença**.

O Ministério Público explica que, na fase da execução, descobriu o erro no julgamento do REsp. O Ministro, no relatório, fez referência a uma nova sentença proferida em relação ao corréu Washington, na qual o Juiz reconheceu o concurso

formal impróprio e aplicou a ele a sanção de 47 anos de reclusão. O ato judicial , no entanto, não se referiu a Bruno Garcia de Carvalho.

O Tribunal a quo decidiu que devia ser cumprida a decisão do REsp, transitada em julgado, que determinou o restabelecimento da sentença, e que não cabia ao Juízo da Execução enfrentar o problema. Para o Ministério Público, é de rigor alterar o atestado da pena, para que o réu cumpra pena por seus crimes, devidamente reconhecidos. Confira-se (fl. 206):

[...] não obstante, esse STJ, tenha determinado na parte dispositiva da decisão de que "dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença", resta cristalino, na fundamentação do julgado que o STJ reconheceu o concurso formal impróprio, artigo 70, parte final, do Código Penal, tendo havido, conforme asseverado, equívoco, posto que a pena de 47 (quarenta e sete) anos havia sido aplicada, em primeira instância, para o corréu Washington e não para o recorrido Bruno.

Assim, pede o provimento do agravo, para conhecimento do recurso especial e seu provimento, a fim de que, na guia de execução, conste a pena estabelecida no acórdão da apelação (29 anos e 9 meses de reclusão).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo em recurso especial.

Decido.

Não há necessidade de reexame de provas para análise do recurso especial e, portanto, foi equivocada a aplicação da Súmula n. 7 do STJ. **Entretanto, a insurgência não comporta admissibilidade, por aplicação da Súmula n. 284 do STF.**

Não é possível ao certo, saber o que ocorreu durante a fase do conhecimento, mas, ao que parece, houve aplicação de penas diferentes para os corréus. No relatório do REsp 1.304.456/MG, o Ministro relator consignou, por equívoco, que em "sentença, o ora recorrido foi condenado [...] a 47 anos de reclusão". Explicou que o Tribunal estadual afastou o concurso formal impróprio, quando, na realidade, os crimes foram praticados com desígnios autônomos. Assim, era aplicável ao caso

a "disposição prevista na parte final do art. 70 do CP". **O recurso especial foi provido para restabelecer a sentença.**

A premissa do julgado está equivocada. A sentença, em relação a Bruno Garcia de Cavalho, não reconheceu o concurso formal impróprio nem aplicou ao réu 47 anos de reclusão. O Juiz o condenou por um homicídio e uma ocultação de cadáver, a 25 anos e 6 meses de reclusão. A condenação em primeiro grau, referida no relatório do REsp, refere-se, em verdade, a Washington Félix dos Santos. Somente na fase da execução o Ministério Público identificou o erro.

O Tribunal indeferiu a correção do atestado da pena (fl. 82), pois, "bem ou mal, se baseado em premissa equivocada, ou não, o fato é que **aquele acórdão transitou em julgado, sem notícia de que o Ministério Público tenha sequer interposto aclaratórios**. Portanto, a única pena a ser executada é, exatamente, aquela determinada pelo STJ, que é a reprimenda **fixada na sentença**" (fl. 191).

Não foi discutida, no aresto recorrido, a tese de incorporação, ao processo penal, do art. 494, I, do CPC. O prequestionamento era necessário, pois a questão é controvertida. A coisa julgada material, na seara penal, é diferente, sujeita a princípios e regras próprias. Em regra, admite-se sua relativização somente em benefício do réu. Há mais de uma década, esta Corte compreendia que o erro material era passível de correção a qualquer tempo (v.g.: HC n. 32.209/SC). Entretanto, esse entendimento se modificou (HC 203.243/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 06/08/2013, DJe 23/08/2013).

In casu, o julgamento do recurso especial ocorreu de modo alheio à realidade existente nos autos e existem, contra o apenado: a) a sentença, que totaliza 25 anos e 6 meses de reclusão e b) a decisão do RESP, que reconheceu o concurso formal impróprio, mas, sem refazer o cálculo das penas, restabeleceu a sentença.

O conteúdo normativo do art. 494, I, do CPC não autoriza o deferimento do pedido do Ministério Público. Mesmo em caso de êxito da insurgência, se reconhecida a possibilidade de correção do erro material da condenação a qualquer tempo, inclusive em prejuízo do réu, a consequência seria aplicar as penas de

forma cumulada, de acordo com parte final do art. 70 do CP, tal qual delimitado no REsp. O *Parquet*, entretanto, pede que a sanção a cumprir seja aquela estabelecida no acórdão da apelação, de 29 anos e 9 meses de reclusão. Não explicou, nas razões de recorrer, o motivo pelo qual, mesmo defendendo a "garantia da fundamentação da coisa julgada" (fl. 206), a decisão do REsp deve ser desconsiderada, para que se restabeleça, na guia da execução, o acórdão do Tribunal de Justiça.

Assim, **aplica-se ao caso a Súmula n. 284 do STF, pois a deficiência do recurso especial impede a compreensão da controvérsia e o acolhimento do pedido.**

À vista do exposto, conheço do agravo para não conhecer o recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 01 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator